

Contribuições Mitsui Gás e Energia do Brasil a Consulta Pública CP 02/2025 da EPE sobre o estudo das tarifas de escoamento e processamento.

Considerando o Art. 177, da Constituição Federal de 1988, que constitui monopólio da União o transporte por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Considerando o Art. 28 da Lei Nº 14.134/21 que fica assegurado o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL.

Considerando o Art. 11-B. do decreto regulamentador¹ Nº 12.153/24, são pressupostos para o processo de acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento, tratamento, processamento e estocagem de gás natural que a negociação de acesso seja feita de boa-fé entre as partes, considerando critérios como não discriminação, remuneração justa levando em conta também a depreciação do ativo e amortização do investimento na infraestrutura, e o risco da atividade.

Considerando o Programa Gás para Empregar e as diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), referentes ao mercado de gás no Brasil, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) iniciou um trabalho visando dar apoio técnico ao Ministério de Minas e Energia (MME) em estudos técnicos e análises relativas a uma referência de tarifas para interessados em acessar as infraestruturas de escoamento e processamento.

Considerando que a EPE publicou consulta pública Nº 02/2025 e a Nota Técnica com o estudo das tarifas de escoamento e processamento para o Sistema Integrado de Escoamento (SIE) e Sistema integrado de Processamento (SIP).

Considerando que a EPE disponibilizou o plano decenal de expansão de energia 2034, contendo, em um de seus capítulos, as previsões da produção de petróleo e gás natural no Brasil na visão da EPE.

ALTERAÇÕES SUGERIDAS:

ANEXO I – FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2025

CONTEXTUALIZAÇÃO:

¹ Regulamenta a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

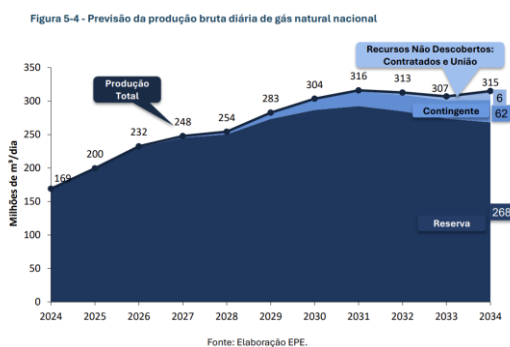
Inicialmente gostaríamos de cumprimentar essa respeitosa Empresa de Pesquisa Energética (EPE) pela iniciativa de proceder com a consulta pública com o objetivo de coletar subsídios e contribuições junto à sociedade, referente ao estudo de tarifas de escoamento e processamento para os sistemas integrados de escoamento (SIE) e processamento (SIP).

O mercado de gás no Brasil vem passando por diversas alterações e iniciativas para aumentar seu dinamismo e concorrência. Atualmente a iniciativa Gás para Empregar teve como consequência a edição de diversos normativos, dentre eles o decreto regulamentador Nº 12.153/24, que atribui a ANP, MME e EPE diversas atividades para auxiliar na implementação nesse mercado. Nesse sentido a EPE lançou a CP 002/2025 com o estudo das tarifas de escoamento e processamento.

Sendo assim, o primeiro passo nesse caminho da atualização dos normativos regulatórios é permitir a devida transparência das informações dos prestadores do serviço de processamento e escoamento, da composição e valoração da sua base de ativos, taxa de remuneração e método de cálculo, bem como a geração de receita e a capacidade disponível alocada em cada um dos sistemas integrados de escoamento e processamento, devendo, portanto, ser conduzindo, os processos de revisão tarifária onde se permita a participação social e se disponibilize as informações para que todos tenha a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento desse mercado.

Outro aspecto relevante concernente as infraestruturas de escoamento e processamento, fruto do estudo publicado na nota técnica da EPE, é que esses ativos estão diretamente conectados às fontes de produção de gás e petróleo que correspondem a 84% do total da produção nacional bruta diária de gás natural de acordo com o plano decenal de energia²

“A maior proporção do gás natural a ser produzido no decênio é de gás associado, sendo que as contribuições **das bacias de Campos e Santos**, juntas, correspondem a aproximadamente 84% do total previsto para 2034” (grifo nosso)



² PDE 20xx-2034

É imprescindível nesse cenário que se respeitem os contratos existentes, mas que se delimite também seus efeitos para que todos os agentes tenham pleno entendimento onde eles impactam na tarifa, na base de ativos e por quanto tempo esses efeitos irão perdurar, evitando que esse seja um elemento surpresa em cada período de revisão tarifária.

O decreto regulamentador nº 12.153/24 em seu Art. 11-B, traz alguns pressupostos para o processo de acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento, tratamento, processamento, dentre os quais destacamos os incisos de VII a IX:

- a prestação do serviço pelo operador seja mediante remuneração justa e adequada, em condições não discriminatórias entre os diversos usuários, inclusive o usuário proprietário;
- a remuneração pela prestação do serviço considere a depreciação do ativo e a amortização do investimento na infraestrutura;
- a remuneração seja adequada para os riscos da atividade;

Entendemos que para acomodar tais pressupostos, a EPE utilizou o modelo de empilhamento de blocos descrito na nota técnica para compor a receita máxima permitida aplicável aos serviços de acesso ao processamento e escoamento, no entanto a ausência de dados referente a despesas (Opex), base de ativos e sua forma de valoração, como consequência depreciação/amortização não permitem uma percepção mais ajustada do que seriam as tarifas aplicáveis ao serviço de escoamento e processamento.

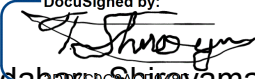
Importante entender melhor qual o tratamento regulatório-tarifário que outros mercados mais maduros dão aos gasodutos de escoamento e unidades de processamento quando já são depreciados, em casos em que poucos investimentos precisam ser performados, mas o custo de operar e manter é elevado. Dessa forma, entender a realidade de tais ativos no caso brasileiro e propor um modelo aplicável se faz preponderante para em seguida aplicar o cálculo tarifário. Podendo então, ser um modelo do custo do serviço, *price cap*, *revenue cap* ou *bulding block*, e, independente do modelo adotado, seja dada a devida transparência das transações ocorridas nas instalações de processamento e processamento.

Destacamos a seguir, outros aspectos de suma importância para a definição das tarifas aplicável aos usuários do serviço:

1. Definição da do valor e forma de valoração da base de ativos;
2. Período de amortização e recuperação do capital investindo contido nas tarifas;
3. Tratamento de valor residual e incentivos a novos investimentos de ampliação e melhoria do desempenho dos ativos atuais;

4. Metodologia de cálculo da remuneração (cálculo do WACC) dos ativos e/ou opex (se aplicável), considerando os riscos financeiros e do negócio em que está sendo performada a atividade econômica;
5. Periodicidade das revisões das tarifas e quais mecanismos de reconciliação, se aplicável, da receita regulatória frente a variações na estrutura de custos (OPEX e CAPEX) ou a variações no volume.

Agradecemos à EPE pela oportunidade de contribuir mais uma vez no debate pelo desenvolvimento da regulação do serviço de escoamento e processamento em todo país.


Tadaharu Shirogama
Diretor Presidente

ANEXO I – FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2025

Este formulário deverá ser preenchido e anexado para envio ao endereço de e-mail gasnatural@epe.gov.br como forma de contribuição para a Nota Técnica: Estudo das Tarifas de Escoamento e Processamento para os Sistemas SIE e SIP, dentro do período estabelecido.

Apenas serão consideradas válidas as contribuições encaminhadas através do endereço de e-mail gasnatural@epe.gov.br durante o prazo de vigência da Consulta Pública.

Incluir o termo “CP 002/2025” no campo “Assunto” do email. Documentos recebidos fora do padrão disponibilizado não serão priorizados na análise.

Contribuições para aprimoramento da minuta da Nota Técnica “Estudo das Tarifas de Escoamento e Processamento para os Sistemas SIE e SIP”	
Nome: DEPARTAMENTO ECONÔMICO E REGULATÓRIO	
Instituição: MITSUI GÁS E ENERGIA DO BRASIL LTDA.	
Contato: decon@mitsuigas.com.br	
<input type="checkbox"/> setor público	<input type="checkbox"/> instituição de pesquisa/ensino
<input checked="" type="checkbox"/> setor privado	<input type="checkbox"/> organizações sociais
<input type="checkbox"/> organização não governamental	<input type="checkbox"/> outros

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
3 Metodologia para obtenção das Tarifas	3.2. Modelo de Cálculo de Fluxo de Caixa Projetado	<p>O modelo de fluxo de caixa projetado é caracterizado por um empilhamento de valores que compõem blocos de diversas espécies de custos, chamado "<i>Building Block Revenue Requirement</i>" ("Empilhamento de blocos da Receita Requerida", em uma tradução livre) (ERAWA, 2024), que devem ser cobertos pela Receita Anual.</p>	<p>Será definida uma metodologia tarifária e seus componentes a serem aplicados no momento do cálculo.</p>	<p>aspectos de suma importância para a definição das tarifas aplicável aos usuários do serviço:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Definição da do valor e forma de valoração da base de ativos;2. Período de amortização e recuperação do capital investindo contido nas tarifas;3. Tratamento de valor residual e incentivos a novos investimentos de ampliação e melhoria do desempenho dos ativos atuais;4. Metodologia de cálculo da remuneração (cálculo do WACC) dos ativos e/ou opex (se aplicável), considerando os riscos financeiros e do negócio em que está sendo performeda a atividade econômica;5. Periodicidade das revisões das tarifas e quais mecanismos de reconciliação, se aplicável, da receita regulatória frente a

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
				variações na estrutura de custos (OPEX e CAPEX) ou a variações no volume.
3.2.2.1. Detalhamento dos constituintes dos blocos componentes e das demais premissas	b. Taxa de Remuneração (WACC)	“A taxa de remuneração ou taxa de retorno é calculada pela consagrada metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC), conforme fórmula abaixo”	Atualizar o cálculo do WACC para que reflita as condições mais recentes de risco e retorno do negócio que está sendo avaliado, dado que o estudo da EPE que definiu o valor de 12,7% é datado, conforme nota técnica, de 2012.	Considerando alguns dos pressupostos contidos no Art. 11-B: VII - a prestação do serviço pelo operador seja mediante remuneração justa e adequada, em condições não discriminatórias entre os diversos usuários, inclusive o usuário proprietário; IX - a remuneração seja adequada para os riscos da atividade; Realizar um novo estudo e consequentemente uma nova consulta pública sobre metodologia e cálculo do WACC, assim com a participação social, semelhante ao que é realizado pela ANEEL, ANP e demais agências reguladoras de serviços locais de gás canalizado onde o WACC é aplicado.

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
3.2.2.1. Detalhamento dos constituintes dos blocos componentes e das demais premissas	Base Regulatória de Ativos	<p>A BRA é o parâmetro mais importante para remuneração do investimento e composição da tarifa, pois é sobre esse elemento que se aplica a taxa de retorno. Para fins de obtenção do valor da BRA foi utilizada uma estimativa de Capex remanescente de cada ativo, obtida da seguinte forma:</p> <p>1. Cálculo do Capex em dólar norte americano de uma infraestrutura nova por meio de software Que\$tor5, com data-base de 3º quadrimestre de 2024;</p> <p>2. Determinação do tempo remanescente, descontando-se da premissa de 27 anos de vida útil o tempo no qual o ativo já se encontrava em operação;</p>	<p>Para determinação da BRA e sua forma de valoração será realizado um processo de consulta pública para metodologia de valoração da base ativos, sua evolução, depreciação, critérios de atualização e valor residual ao final de cada ciclo tarifário.</p>	<p>Considerando o destaque contido na nota técnica da EPE:</p> <p>“Destaca-se que, uma vez que parte relevante das informações oficiais para o cálculo das variáveis não está disponível publicamente, este estudo incorpora valores estimados a partir de ferramentas de cálculo conhecidas no mercado de gás natural, bem como faz uso de projeções de longo prazo. Por esse motivo e considerando as margens de incertezas associadas, os resultados obtidos a partir das planilhas desenvolvidas devem ser analisados com cautela; porém, na falta de informações reais das infraestruturas, utilizaram-se as melhores informações disponíveis para fins de apoiar o Ministério de Minas e Energia em suas decisões.”</p> <p>Importante envolver, além de demais agentes da sociedade, encontrar uma solução com os detentores das infraestruturas de escoamento e processamento que contenha a</p>

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
		<p>3. Ajuste do valor desse Capex inicial pelo percentual de tempo de operação remanescente;</p> <p>4. Aplicação de fator de localização do Capex de mais 50%, de forma a estimar os efeitos de impostos de importação e demais encargos de ativos importados.</p>		<p>transparência adequada e que respeitem os contratos em vigor.</p>